

**REQUERIMENTO N° , DE 2015.**

**(Do João Carlos Bacelar e outros)**

*Requer a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes Empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Os recursos humanos, materiais e financeiros para estadia, passagens, deslocamentos e diligências para oitivas de testemunhas durante o funcionamento dos trabalhos da CPI serão disponibilizados pela Câmara dos Deputados. O prazo da CPI será de 120 (cento e vinte) dias e o número de membros será de 25 (vinte e cinco) deputados titulares e 25 (vinte e cinco) deputados suplentes.

## JUSTIFICATIVA

Os litígios administrativos tributários são dirimidos, na esfera federal, em segunda e última instância, pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, órgão colegiado vinculado à estrutura do Ministério da Fazenda e composto por representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes.

A operação zelote deflagrada pela Polícia Federal investiga o fato de que vinte e quatro pessoas e pelo menos quinze escritórios de advocacia e consultoria são suspeitos de envolvimento num esquema de corrupção contra a Receita Federal, conforme divulgado pelo jornal Estado de São Paulo ( 28/03/2015).

Segundo a reportagem do jornal Estado de São Paulo, “estão sendo investigadas 24 pessoas, incluindo conselheiros e ex-conselheiros, além de 15 consultorias e escritórios de advocacia”.

A lista divulgada pelo jornal reúne as seguintes empresas suspeitas de pagamento de propina para manipular os resultados dos julgamentos para favorecer empresas multadas pela Receita Federal:

- As montadoras Ford e Mitsubishi;
- O grupo do setor de alimentação BR Foods, que detém as marcas Sadia e Perdigão;
- A Light- distribuidora de energia do Rio de Janeiro;
- O Banco Santander que tem dívidas tributárias de R\$ 3,3 bilhões;
- O Banco Safra, com dívidas de R\$ 767 milhões;
- O Bank Boston adquirido pelo Itaú, com processos envolvendo valores em torno de R\$106 milhões;
- O Grupo de Comunicação RBS, que tem emissoras afiliadas da Rede Globo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, suspeito de pagar R\$ 15 milhões para obter a redução de débitos fiscais de cerca de R\$ 150 milhões;
- O Grupo Gerdau também é investigado por suposta tentativa de anular débitos fiscais que chegam a R\$ 1,2 bilhão;
- A Camargo Corrêa é citada como suspeita de aderir ao esquema para cancelar ou reduzir débitos fiscais de R\$ 668 milhões;

Entre os sete crimes investigados estão supostas práticas de associação criminosa, lavagem de dinheiro e tráfico de influência. Segundo os investigadores, uma conversa gravada com autorização da Justiça em setembro do ano passado, mostra que Edison Pereira Rodrigues, ex-presidente do CARF considerava traidor quem votava contra os interesses do grupo. Os investigadores agora vão se dedicar à análise do material apreendido durante a operação.

Ainda de acordo com a reportagem do jornal Estado de São Paulo, investigadores da Operação Zelotes já têm indícios para comprovar que União deixou de arrecadar R\$ 5,7 bi com manipulação de julgamentos no CARF.

Segundo reportagem do jornal o Tempo de Minas Gerais (sexta-feira 03/04/2015), o conselheiro Paulo Roberto Cortez, um dos investigados diz que apenas os “coitadinhos têm de pagar impostos”, segundo ele “O CARF tem de acabar, quem não pode faze acordo, acerto – não é acordo, é negociata se fode”. Essa conversa foi interceptada pela Polícia Federal em 25/10/2014. Do outro lado estava o sócio Cortez do escritório contábil Cortez Mallmann, Nelson Mallmann.

A reportagem afirma que há ao menos 74 pessoas físicas e jurídicas estão sendo investigado, entre eles, gigantes do setor privado. Dentre elas, a Marcopolo, uma das maiores fabricantes de carroceria de ônibus do país. A empresa Marcopolo é suspeita de pagar R\$ 1 milhão de Reais em propina para ser beneficiada num recurso de R\$ 200 milhões, conforme emails interceptados pela Polícia Federal.

Num dos trechos, o conselheiro afirma que os recursos de contribuintes que apelam ao CARF sempre são indeferidos: “Eles estão mantendo absurdos contra os pequenininhos e esses grandões estão passando tudo livre, isento de imposto. É só pagar taxa, completa Cortez. (Site Estado de São Paulo 02/04/2015).

A Operação Zelotes foi deflagrada na última quinta-feira (26/03/2015) para desbaratar um esquema criminoso que pode ter desfalcado os cofres públicos em 19 bilhões de reais, quantia superior aos desvios de 10 bilhões de reais estimados na Operação Lava Jato.

Segundo o Portal G1, a operação Zelotes foi deflagrada na quinta-feira (26/03/2015), com o cumprimento de 41 mandados de busca e apreensão em Brasília, São Paulo e Ceará. Em Brasília, foram apreendidos 16 carros, três motos, joias, R\$ 1,84 milhão, US\$ 9.087 e € 1.435. Entre os automóveis, estão quatro Mercedes, dois Mitsubishi Lancer e um Porsche Cayenne.

Outros dez carros e cerca de R\$ 240 mil em moeda nacional e estrangeira foram apreendidos em São Paulo, além de dois automóveis no Ceará. Os nomes dos proprietários não foram divulgados.

A Polícia Federal apura se membros do CARF eram subornados para suspender julgamentos, alterar votos e aceitar recursos a fim favorecer empresas. Segundo informou "O Estado", as propinas a membros do CARF variavam entre 1% e 10% do valor dos débitos tributários das empresas. O objetivo seria principalmente anular multas e obter amortização de ágio em casos de fusões e aquisições de empresas – a fim de se reduzir o pagamento de impostos.

Para reforça o requerimento da

Segundo o site Brasil 247 (03/04/2015), o grupo Gerdau, do empresário Jorge johannpeter, foi apontado pela Polícia Federal como responsável pela maior propina descoberta na operação Zelotes, trata-se de uma comissão de 50 milhões de dólares para aliviar uma condenação fiscal de 4 bilhões aplicada pela Receita Federal.

Para reforçar o requerimento, anexo reportagem do jornal Estado de Minas de sábado (04/04/2015), em que todo o esquema é didaticamente esclarecido.

Diante dos graves fatos apontados, requeiro a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denuncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – **CARF**.

Sala de Sessões, em 22 de abril de 2015.

**Deputado João Carlos Bacelar PR/BA**